

## 40º Encontro Anual da Anpocs;

### **ST 11: Dinâmicas subjetivas e espaço público: gramáticas emocionais, corporais e estéticas**

#### **TITULO: DA INDIGNAÇÃO À ORGANIZAÇÃO. OUTRAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE NAS FORMAS DE ADESÃO, ENGAJAMENTO E RETRIBUIÇÃO DE MILITANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA TRANSAMAZONICA E XINGU – ESTADO DO PARÁ**

Juliete Miranda Alves<sup>1</sup>

#### RESUMO

O objetivo central deste artigo consiste em compreender as formas de adesão, engajamento, retribuição e reconhecimento de lideranças militantes de movimentos sociais na Transamazônica e Xingu- Estado do Pará. Destacamos os repertórios de ação construídos nas primeiras organizações desses militantes até os movimentos sociais dos quais fazem parte. Compreendemos estes repertórios, primeiramente, como o sentimento de indignação inicialmente pelo abandono do Estado ao projeto de colonização para a Transamazônica na metade da década de 60, e posteriormente pelo sentimento de injustiça pelo não reconhecimento de seu espaço de vida e trabalho, reconhecido pelos militantes como o território da Transamazônica. No segundo momento o uso do corpo em manifestações políticas traduzidas em ocupações ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), fechamento das estradas usando o próprio corpo. E no terceiro momento à adoção de símbolos, como: canções, rezas, e adornos usadas nos espaços simbólicos para agregação das pessoas e valorizadas das atividades militantes. Centralizamos nossa análise nas lideranças que construíram sua militância em movimentos sociais e se projetaram em entidades de classe, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI regional) e o Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Pará (SINTEPP regional) na Transamazônica.

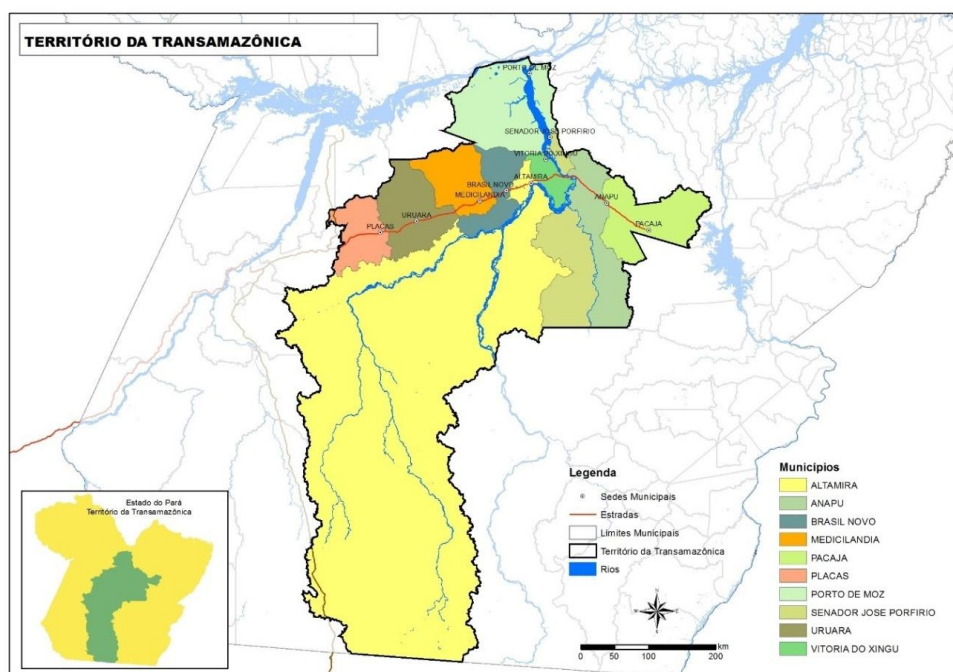
---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais, Pesquisadora e professora da Universidade do Estado do Pará. Email: Juliete110@yahoo.com.br

## Introdução

A Transamazônica e o Xingu consistem em uma área formada por dez municípios: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. Em 2003, constituiu-se através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como um território. Contudo, no decorrer deste artigo, mostraremos que a construção deste “território” também faz parte de um momento importante da luta dos movimentos sociais pelo reconhecimento de um espaço de ação política na Transamazônica. Possui área de aproximadamente 8 mil km<sup>2</sup>, localizando-se na Mesorregião Sudoeste do Estado do Pará, no eixo da Rodovia Transamazônica (BR- 230) e baixo Xingu. A população total é de aproximadamente 328 mil habitantes (IBGE, 2010). O mapa a seguir identifica estes municípios.

Figura 01 - Mapa da localização dos municípios do território da Transamazônica e Xingu



Fonte: PDRS Xingu 2010 - Elaboração SEIR/GEOPARÁ.

Altamira é o município mais importante da Transamazônica e Xingu. A maior parte dos municípios formadores do território se emancipou administrativamente na metade da década de 1980, combinando este momento com a efervescência dos

movimentos sociais; a criação de uma organização formada por agricultores, professores e comerciantes, intitulada Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), e a retomada do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Altamira em 1988.

Este território está diretamente relacionado à construção do movimento social na Transamazônica organizado dentro da dinâmica da Igreja Católica, mas precisamente nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em congressos de jovens e eventos de catequese. Nos debates travados nesses encontros, o tom do discurso e a bandeira de luta empunhada eram **em defesa da reforma agrária, contra a violência e em prol da saúde para todos, bem como a conscientização da importância das organizações dos mais pobres**. As mobilizações, retomadas de sindicatos, discussões sobre direitos humanos e a reivindicação por maior participação na discussão e elaboração de projetos para a Transamazônica não estavam desvinculadas do discurso de valorização e reconhecimento dos problemas globais, aliadas às especificidades do território e à criação de condições particulares através de projetos de desenvolvimento sustentável, tais como agroindústrias familiares e cooperativismo.

As reuniões e discussões eram animadas em grande parte por padres e freiras da Prelazia do Xingu. A Prelazia do Xingu é a maior circunscrição eclesiástica em extensão geográfica do Pará, compreendendo uma extensão de 342. 548 km<sup>2</sup>. Atualmente, reúne 15 municípios (Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Altamira, Vitória do Xingu, Anapu, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Gurupá, Cumaru do Norte, Ourilândia do Norte, São Felix, Tucumã, Bannach) e 17 paróquias (áreas pastorais). Neste trabalho, somam 25 padres, 6 irmãos Lassalistas, 40 freiras e aproximadamente 100 leigos atuando em 758 Comunidades Eclesiais de Base. Foi erigida canonicamente pelo Papa Pio XI, em 16 de agosto de 1934. Desde 2015, seu bispo é Dom Frei João Muniz Alves. Mas, outra figura histórica da Prelazia está diretamente ligado à mobilização e constituição dos movimentos sociais; Dom Erwin Krautler. Este Bispo atuou por mais de 50 anos, sendo nomeado em 1980 pelo Papa João Paulo II, participou efetivamente das mobilizações de agricultores, índios e pescadores. Os seus relatos contribuíram muito para a realização desse artigo.

A Igreja através da Prelazia do Xingu desde metade da década de 1970 e toda a década de 1980 mobilizava nas vicinais<sup>2</sup> os agricultores e professores para a formação de uma base sindical e organização de movimentos sociais. É sobre estas formas de adesão e mobilização que trata especialmente este artigo.

As grandes distâncias entre uma vicinal e outra não impediram essas mobilizações. A padronização dos lotes realizada pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), colocava os agricultores<sup>3</sup> em lotes separados mais de 5 km uns dos outros. Contudo, isto não foi um empecilho à participação e a formação sindical. Nas reuniões em vicinais, formaram-se muitas lideranças, iniciando suas carreiras de militantes nesses espaços de debates.

É neste cenário em que se desenvolve este artigo, com o objetivo central em compreender as formas de adesão, engajamento, retribuição e reconhecimento de lideranças militantes de movimentos sociais na Transamazônica e Xingu. Destacando os repertórios de ação construídos nas primeiras organizações desses militantes, passando pelos movimentos sociais, até a consolidação de duas importantes entidades de classes para este território: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI regional) e o Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Pará (SINTEPP regional).

Compreendemos como lideranças, aqueles que agem e falam em nome de um grupo. O ato da delegação consistiria na personificação do grupo como tal, pois, através da pessoa do líder, o conjunto de indivíduos antes disperso, passa a configurar um corpo social. Para Bourdieu (1998), a liderança está diretamente relacionada ao poder simbólico que, segundo este autor, só pode “[...] ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1998, p. 7-8).

---

<sup>2</sup> Chamamos de vicinais as estradas construídas inicialmente saindo da Transamazônica e, no projeto original, com até 10 km, onde ficavam os lotes de 100 ha para o agricultor trabalhar. São conhecidas na Transamazônica como “travessões”.

<sup>3</sup> Na Transamazônica e Xingu os agricultores são também reconhecidos como *colono* e até hoje é utilizado pelo INCRA para denominar as pessoas que vieram pelo Programa de Colonização Dirigida. Os movimentos sociais e os próprios assentados também se denominam “colonos”. Portanto, o uso desta expressão neste artigo está em consonância com esta denominação conferida principalmente pelos movimentos sociais.

O artigo está organizado da seguinte forma. No primeiro momento identificaremos a colonização e a abertura da fronteira amazônica a partir de 1970, com a constituição dos movimentos sociais mobilizados pela Igreja Católica. O cujo sentimento de indignação e injustiça prevalece nesse momento. Indignação pelo abandono do Estado ao projeto de colonização para a Transamazônica. E injustiça pelo não reconhecimento de seu espaço de vida e trabalho. No segundo momento os repertórios de ação combinados à adoção de símbolos como: canções, rezas, e adornos usados nos espaços simbólicos para agregação das pessoas e valorização das atividades militantes, bem como o uso do corpo em manifestações políticas traduzidas em ocupações ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Centralizamos nossa análise nas lideranças que construíram sua militância em movimentos sociais e se projetaram em entidades de classe, como a FETAGRI- regional e SINTEPP- regional na Transamazônica.

Finalmente, grande parte das análises foram retiradas das entrevistas realizadas em 2013 com lideranças do SINTEPP e FETAGRI Regional. Além de farta documentação na Prelazia do Xingu em Altamira, algumas ainda manuscritas.

### **1- A expansão da fronteira agropecuária para a Amazônia**

A rodovia Transamazônica (BR-230) foi inaugurada no dia 27 de agosto de 1972 e representou uma parte do processo mais amplo de investimentos em malha viária, à qual se somaram outras rodovias: a Cuiabá-Santarém (BR-163), Manaus-Porto Velho (BR-319), Perimetral Norte (que deveria ligar Macapá a Manaus, mas nunca foi concluída) e, mais tarde, a pavimentação da Belém-Brasília (BR-010) e do Pará-Maranhão (BR-316). As estradas representavam um suporte para os projetos de colonização, coordenados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O Plano de Colonização foi lançado em 1970, durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, intitulado como Plano de Integração Nacional (PIN), com o objetivo de elaborar projetos de colonização com a construção de estradas atravessando a Amazônia no sentido Leste-Oeste e Norte-Sul.

Para o regime militar, a Amazônia representava um espaço geopolítico importante, embora, segundo os militares, desprovida de organização social e habitada por um povo nômade e sem lei. O governo militar esperava consolidar a colonização das

terras no Norte brasileiro, ligando por estradas o Norte ao Nordeste do país. As formas de ocupação previam também a instalação de grandes empresas minerais de exploração de ferro, cassiterita, ouro e empresas agropecuárias para a instalação da pecuária. A ideia de ocupação é uma marca dos projetos e empreendimentos na Amazônia. O que está por trás é uma concepção preconceituosa e alicerçada em uma visão de que a região apresenta um vazio demográfico e os “poucos” moradores são “atrasados”. Esta foi (e permanece ainda nos dias atuais) a marca das ocupações na Amazônia, ocorridas principalmente nos anos 1970 e 1980, com os programas desenvolvimentistas: a expansão da fronteira agropecuária, a constituição de polos minerais e siderúrgicos, a exploração madeireira, a construção de hidrelétricas e a construção de ferrovias. Todos estes projetos carregavam fortemente uma concepção de modernidade, sugerida por Latour (1994), segundo a qual a natureza e a sociedade são tratadas separadamente.

No regime militar, recaía sobre os humanos a explicação do atraso de uma população acomodada à fartura dos rios e florestas. Ela precisava, portanto ser inserida na modernização, através de programas e projetos. A natureza precisava ser moldada para a entrada destes empreendimentos. O modo de vida dos índios, seringueiros, pescadores e ribeirinhos representava um “entrave” a esta concepção de modernidade.

Esta relação assimétrica entre grupos sociais com interesses tão distintos partia do pressuposto de que a natureza precisava ser dominada e a sociedade era culpada de não fazê-lo.

Sugerindo uma antropologia simétrica, Latour (1994) defende que, além de a concepção de “erro e de verdade” serem consideradas dicotomicamente no plano da ciência, também a “natureza e a sociedade” são tratadas separadamente. Para este autor, elas estão sob um mesmo plano, já que também não haveria entre elas diferença em espécie. Não há, de antemão, o mundo das coisas em si, de um lado, e o mundo dos homens entre si, de outro, pois natureza e sociedade são, ambas, efeitos de redes heterogêneas. Isto não quer dizer que suas redes sejam compostas pelos mesmos elementos, mas que podem ser descritas da mesma maneira, tratadas sob os mesmos termos. O princípio de simetria generalizada significa partir da necessária explicação simultânea da natureza e da sociedade, sem recair exclusivamente sobre a sociedade todo o peso da explicação e da culpa. O social é uma rede heterogênea, constituída não apenas de humanos, mas também de não-humanos, de modo que ambos devem ser igualmente considerados.

A interpretação feita pelos militares divulgava a ideia da ocupação necessária e de responsabilidade dos humanos, para dominar uma natureza indomável de “terras sem homens para homens sem terra”. Para reforçar esta concepção, não bastava a força física ou a violência, foi também necessário convencer os outros. Transformar o modo de vida de populações tradicionais em atraso e empecilhos à modernidade. Significava também deslocar seres humanos e criar dispositivos de convencimento para justificar o extermínio de grupos indígenas e a expulsão de ribeirinhos.

Nos projetos de colonização para a implantação de hidrelétricas, de polos siderúrgicos e minerais, o investimento e a propaganda se revestiram como símbolos de atração da modernidade e de integração social, afirmando nas “entrelinhas” que as populações tradicionais faziam parte também da natureza a ser subsumida. Estes símbolos também contribuíram como instrumentos eficazes de comunicação e dominação.

A estrada foi traçada saindo da Paraíba. Depois, passaria pelo Maranhão, Tocantins, Pará, Amazonas e chegaria até Boqueirão da Esperança, na fronteira do Acre com o Peru. A intenção projetada inicialmente era ligar todo o país e chegar aos portos do oceano pacífico, num percurso de 8.100 quilômetros. O objetivo inicial do governo era instalar, ao longo da Transamazônica, dez mil famílias até 1974, assentando principalmente famílias nordestinas pobres, com um “suporte” de famílias oriundas do Sul do Brasil, presumidamente consideradas pela tradição agrícola e recursos tecnológicos apropriados para “ensinar” agricultores do Nordeste com pouca ou nenhuma experiência no trato com a terra. A pretensão era transferir a tecnologia das famílias oriundas do Sul para os nordestinos que intencionavam fazer à vida no Norte.

O INCRA foi o órgão encarregado de implantar, ao longo da rodovia, três Projetos Integrados de Colonização (PIC): Marabá, Altamira e Itaituba. O módulo de cada lote de terra era de 100 ha. Entre 1970 e 1984, segundo dados do INCRA, foram implantados 64 projetos de colonização oficial (dirigidos pelo INCRA), com apoio de cestas básicas, sementes, instrumentos de trabalho e moradia. Foram assentadas 85.503 famílias, dentre as quais 65.435 na Amazônia (ALMEIDA, 1993).

Com o arrefecimento dos projetos de assentamento na Transamazônica, outra forma de colonização se impôs em um movimento conhecido como ocupação espontânea (INCRA, 1984). Nesta nova forma não dirigida, intensificaram-se os fluxos migratórios de camponeses à procura de terras. Nesse contexto, a ocupação em nada era espontânea,

pois o fluxo de pessoas que veio para ocupar as terras chegou ou através de parentes e amigos, ou por meio de diferentes informações ou propagandas do governo.

Nessas novas formas de ocupação, “a maioria dispensou os serviços do INCRA e das colonizadoras e ocupou livremente as terras devolutas do Oeste do Maranhão, Norte de Goiás e Sudeste do Pará” (HÉBETTE, 1999, p. 390). Mantiveram inicialmente a demarcação de 100 ha do INCRA, mas organizaram outras formas de convivência, trazendo parentes e vizinhos de suas terras de origem, tecendo novos valores e novas formas de comunidade, não exclusivamente baseadas na ordenação territorial, mas nas relações de parentesco e de vizinhança (HÉBETTE, 1999).

Este faraônico projeto do governo militar acabou não saindo integralmente do papel. Somente um trecho da estrada, ligando Aguianópolis (TO) a Lábrea (AM), foi construído e, mesmo assim, o tráfego fluiu apenas durante uma época do ano. Hoje, a Transamazônica tem aproximadamente 2.500 quilômetros de extensão, pouco mais de um quarto do previsto.

Muitas famílias foram praticamente abandonadas à própria sorte, não somente pelo isolamento, mas também pela ausência de médicos, de hospitais, de assistência técnica, bem como em virtude de que escassas vias de penetração nos lotes foram abertas. A partir de 1973, o governo militar deu outra orientação à colonização, investindo na instalação de grandes fazendas, estimulada pela política de incentivos fiscais.

A ideia de fracasso da Transamazônica pelo governo militar e da colonização baseada na pequena propriedade foi substituída pelos megaprojetos (MARTINS, 1997). Um exemplo desses projetos foi o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Criado em 1974, conjugava a construção de uma infraestrutura com a concessão de subsídios para empresas privadas. Foram projetados 15 polos no Pará, um deles em Altamira. O mais conhecido desses megaprojetos foi o Programa Grande Carajás, que cobria uma área de 900 mil km<sup>2</sup>, correspondendo a um décimo do território brasileiro, e que é cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia, englobando terras do Sudeste do Pará, Norte de Tocantins e Sudoeste do Maranhão. Além de assegurar o fornecimento de energia elétrica (com o início de operação da hidrelétrica de Tucuruí em 1984) e transporte ferroviário. O Estado também concedeu incentivos fiscais. O crédito governamental fomentou a destruição da floresta e elevou o



preço da terra. A modalidade de apropriação da terra definiu-se pela presença de novos atores: empresários e fazendeiros, contrários à lógica da pequena produção.

Os projetos desenvolvimentistas para a Amazônia foram todos direcionados à exploração dos seus recursos naturais por intermédio de empresas ou valendo-se de mão de obra para isso. O Programa de Colonização implementado pelo INCRA se utilizou da mão de obra humana. Atuou em duas linhas, o Projeto Integrado de Colonização (PIC-Altamira) e o Projeto Fundiário de Altamira. Ambos desapropriaram as terras do Polígono de Altamira e incluíram o município entre as zonas de Segurança Nacional. As consequências destes projetos podem ser percebidas na intensa migração do campo para a cidade, priorizando os grandes empreendimentos privados nos setores voltados para a exportação de madeira, pecuária e mineração.

Em contrapartida a esta conjuntura de abandono agricultores mobilizados pela Prelazia do Xingu, organizavam reuniões nas próprias vicinias como resistência. A resistência como expressão do poder centralizando suas ações na organização de movimentos sociais: agricultores, professores, mulheres. Mas também na tomada de Sindicatos importantes, a exemplo do Sindicato de Altamira. Nesse processo de organização desde a década de 1980 varias ações foram organizadas. Destacamos nesse artigo como essas mobilizações apresentam um repertório de ações que articulam significativamente as relações entre diferentes pessoas, possibilitando um aprendizado social entre os grupos. Nessa ideia, os discursos, os gestos, a musica, as rezas, a vestimenta são recobertas de intenções a serem transmitidas simbolicamente por gestos interpretáveis para aquele determinado grupo social (HAGUETTE, 2005). São estes gestos que articulam significativamente as relações entre diferentes pessoas, possibilitando um aprendizado social entre os grupos. Nesse aspecto a Prelazia do Xingu como setor da Igreja Católica assume papel importante na organização dos Movimentos Sociais na Transamazônica e Xingu. Porém, no Brasil o papel da Igreja Católica não pode ser compreendido somente pela mobilização dos setores mais pobres, mas como uma serie de ações performáticas que acompanharam essas mobilizações e resultaram no sucesso de sua mediação.

## **2- Os repertórios de ação e a mobilização dos Agricultores, índios e pescadores**

O sindicato de Altamira, até a sua tomada, em 1988, era dominado por grupos contrários à organização de trabalhadores rurais. Em pleno regime militar, os sindicatos agiam como extensões de instituições assistencialistas, realizando cadastro para aposentadorias, marcando consultas para agricultores etc. Sindicatos “pelegos”, como disse um padre entrevistado. Aliás, para Almeida (1990), a Amazônia, se comparada ao Nordeste, apresentava uma fragilidade quanto à organização sindical: enquanto, no Nordeste, havia 678 sindicatos de trabalhadores rurais, no Norte, não chegavam a 170 na década de 1980.

Na ação sindical no Nordeste, diferentemente da Amazônia, havia uma aproximação de setores da Igreja Católica, na extensão da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com a organização sindical. Esta aproximação vinha se definindo desde meados da década de 1950, com as ligas camponesas, e se desdobrou no encontro do Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, em 1959, e depois, em 1963. Nestas conferências, havia uma discussão em curso no interior da Igreja Católica e para cuja temática se voltou esta Conferência, atenta à realidade dos locais onde atuava a Igreja Católica. Estar mais próximo da realidade significava ficar a par dos problemas do povo, incluindo conflitos de toda ordem.

O engajamento de setores da Igreja Católica através de religiosos ligados à Teologia da Libertação<sup>4</sup> foi importante no processo de mobilização dos colonos na Transamazônica, ainda mais porque não havia uma estrutura sindical na área.

Os padres e freiras da Prelazia do Xingu, fundamentados na Teologia da Libertação animaram e mobilizaram os colonos no interior de suas vicinais. Nesse processo de discussão se inseria a importância da organização como saída para as reivindicações de direitos básicos: saúde, educação, estradas, etc. Ampliando este debate estava à formação e retomada de sindicatos de trabalhadores rurais na Transamazônica.

---

<sup>4</sup> A Teologia da Libertação tem como pressuposto fundamental a opção pelos “pobres” como principais beneficiários das ações da Igreja - e também como agentes da transformação. Surge a partir da Conferência dos Bispos da América Latina e do Caribe realizada em Medellín, em 1968, e se fortalece com o encontro de Puebla, 11 anos depois. Segundo a orientação ideológica dos religiosos ligados a esta corrente, a mudança social e a criação de uma sociedade justa e inclusiva fazem parte das responsabilidades cristãs. Os religiosos tinham a missão de catalisar este processo.

O regime militar, instaurado em março de 1964, interrompeu as atividades dos partidos de esquerda, relegando à clandestinidade muitos militantes e os partidos de orientação comunista. Pelo fato de tais partidos estarem na clandestinidade, a Igreja pôde estender sua atuação para o campo sem outras orientações ideológicas. Na segunda metade da década de 1960, as entidades confessionais intensificaram o trabalho de base nas áreas rurais, tornando-se, assim, intermediários políticos entre os camponeses e o Estado.

Na Amazônia, em um contexto de abertura de fronteira agropecuária, havia fragilidade sindical e uma grande mobilidade humana, analisada anteriormente, por conta das migrações e da proeminência de “posseiros” (sendo esta uma denominação muito usada na literatura sociológica nos anos 1980 até 1990) compreendendo diferentes segmentos sociais, cuja forma de ocupação da terra se diferenciava da ação fundiária oficial, baseada nos assentamentos de colonos nos lotes dos projetos de colonização oficial. Por outro lado, na Amazônia, os poderes locais estavam representados por seringalistas, donos de castanhais e babaçuais, proprietários de fazendas de gado, donos de garimpo e lideranças locais atreladas a estes poderes locais. O estoque de terras disponíveis, disputadas por estes grupos, aliado à atuação de posseiros, gerou inúmeros conflitos pela terra. Este fator fortaleceu mais ainda a mediação da Igreja nestas áreas. As Prelazias redefiniram sua ação missionária, voltando-se principalmente para a organização dos posseiros, índios e pescadores.

Como situamos anteriormente, a mediação da Igreja Católica não pode ser compreendida somente pela mobilização de setores como agricultores, índios e pescadores, mas, sobretudo através de mobilizações carregadas de conteúdo simbólico, atribuindo significados a cultura desses grupos e sentidos às suas experiências e vivências. Assim, símbolos da atividade produtiva de agricultores, pescadores eram valorizados em qualquer reunião, como, exposição de pequenos barcos de pesca, produtos da agricultura (milho, arroz, feijão, frutas, etc). A esses símbolos correspondiam à valorização da atividade produtiva desses grupos sociais. Enquanto técnicos da EMATER diziam como e o que os agricultores deviam produzir, a Igreja através da Prelazia do Xingu valorizava toda e qualquer produção gerada pelo trabalho, dando sentido às suas experiências e vivências, incorporadas ao espaço ou local onde eram produzidos.

Nos registros pesquisados sobre algumas reuniões iniciais (os poucos existentes ainda escritos à caneta em cadernos), há passagens interessantes sobre as mobilizações para as reuniões nas vicinais, compostas dos seguintes comentários: “quem vai trazer a carne, o arroz, a farinha, o feijão?”; “quem vai iniciar o canto de entrada antes da reunião?”; “quem vai encerrar puxando a oração?”. Tais reuniões, ritualizadas por cantos, rezas e comidas, eram espaços de socialização, comunicação e convencimento a permanecer participando. Uma liderança revela o lado performático das reuniões:

Fui muitas vezes em Altamira e devo minha militância, ou pelo menos em perder o medo, aos companheiros (cita duas lideranças catalisadoras). Bem, havia uma força nos discursos, nas atividades, nas reuniões, que me emocionava. Antes das reuniões, orávamos, cantávamos e cada um levava alguma coisa para comer. Dividíamos as refeições, contávamos piadas. Havia muita energia boa, que nos unia (LIDERANÇA, FETAGRI, 2013).

Para Mauss (1999), as palavras, as saudações, os presentes, as danças, os rituais constituem fenômenos tão importantes quanto o mercado na organização da vida social. São “sistemas de prestações totais” (MAUSS, 1999, p. 151). Ou seja, são símbolos que dão significado à ação social. Foram especialmente nestes espaços de socialização (reuniões, palestras, mobilizações, passeatas) que muitos agricultores e professores se destacaram. Entre eles, as lideranças do SINTEPP e FETAGRI.

**O discurso, as canções, rezas introduzidas nessas reuniões não são somente elementos de enfeites, materializam também a produção de sentidos, a sensibilidade de ver e ouvir. São constitutivos de repertórios de ação coletiva podendo ser definido como um campo ilimitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas, executadas e valorizadas.**

Nos trabalhos de Tilly (1995a; 1995b; 2006) e Tarrow (2009) encontramos os principais esforços de definição conceitual sobre os repertórios de ação. As ideias por trás do conceito remetem a um interessante jogo entre tradição e atividades cotidianas usadas nas mobilizações da ação coletiva. Como afirma Tilly, na ação coletiva, "os atores fazem o que sabem fazer". O conceito remete a uma valorização da memória e do saber da ação coletiva. É pela *experiência* da luta que os campos em conflito conformam suas práticas e discursos. Um repertório, nesse sentido, não é algo que um ator possui, e do qual dispõe de forma estratégica; um repertório pertence ao conjunto dos atores em

conflito, uma vez que incorpora a memória das lutas anteriores e suas inovações (TILLY, 1995a). Por essa chave, vemos como os aspectos estratégico e instrumental, práticas e valores mostram-se vinculados na conformação da ação coletiva: "repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não se originam de abstrações filosóficas ou como resultado da propaganda política; eles emergem da luta" (TILLY, 1995a, p. 26).

É tomando este conceito de Tilly, que pretendemos compreender, além da atuação dos religiosos desenvolvendo ações na Amazônia, a mobilização dos colonos e migrantes para ações de protagonismo na retomada do Plano de Colonização Dirigida do INCRA, pois a ausência de continuação destes programas privava os migrantes de assistência técnica, de apoio à produção e moradia. De fato, o Estado, na década de 1980, concedia benefícios às grandes empresas e aos latifundiários, abandonando os pequenos agricultores.

Neste cenário, na Transamazônica, a cidade de Altamira representava um importante ponto de confluência dos colonos e migrantes para reuniões que ocorriam geralmente na sede da Prelazia do Xingu. Esta cidade tornava-se importante porque além de ser o ponto de chegada de migrantes, tornava-se referência como local central das reuniões e das grandes mobilizações promovidas pela Igreja Católica. Foi lá que se deu a tomada do Sindicato de Altamira e a organização de vários movimentos sociais em que despontaram várias lideranças. Igualmente importante para a organização dos movimentos sociais foi a criação do movimento organizado também pela Igreja Católica, o Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), fundado em 1993. Sua importância está na efetivação de lutas organizadas e direcionadas para formar ou retomar sindicatos, em ser um movimento aglutinador de diversos segmentos: professores, agricultores, mulheres.

Desde sua fundação como município, Altamira passou por várias fragmentações territoriais. Em 1955, houve uma primeira tentativa de desmembramento do seu território para constituir o município de São Felix do Xingu e Souzel. Em 1961, através da Lei n. 2.460, de 29 de dezembro, foi desmembrada para criar o município de Souzel, que passou a se chamar Senador José Porfírio. Altamira teve novamente seu território modificado em 1988, com a Lei n. 5.435, de 5 de maio, criando o município de Medicilândia. Neste mesmo ano, surgiram os municípios de Uruará e Ruopólis. Em 1991, seu território foi novamente desmembrado, juntamente com parte dos territórios de

Medicilândia e Porto de Moz, formando o município de Brasil Novo. Neste ano, outros municípios se emanciparam, como Placas e Vitória do Xingu.

Atualmente, dos 10 municípios que compõem o território da Transamazônica e Xingu (Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Pacajá, Anapu, Porto de Moz, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e Placas), nove possuem forte relação com o município de Altamira. Estas cidades, criadas, em grande parte, na metade da década de 1980, surgiram também no momento de efervescência do movimento social na região, com a retomada do Sindicato de Altamira, em 1988, a criação do Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), em 1991, e outras formas organizativas abrigadas principalmente em Altamira, tornando esta cidade um espaço importante de decisões e discussões sobre os rumos da população moradora da Transamazônica.

Até a década de 1970, a agricultura em Altamira exercia um papel econômico secundário. A atividade principal, base da economia, era o extrativismo, especialmente a coleta do látex e da castanha, depois vinha a caça aos animais silvestres e a garimpagem. Com os Projetos de colonização e os assentamentos implantados, intensificou-se o comércio. A cidade passou a ter agências bancárias, hospitais, aeroporto, correios, além de crescimento demográfico e comercial. Transformou-se em cidade polo, dando suporte a vários municípios em setores diversos, como saúde, educação, agricultura e comércio. Se, antes da colonização, o Rio Xingu tinha um papel relevante para a trafegabilidade das pessoas, a construção da estrada dinamizou o comércio local e cada vez mais se tornava ponto de encontros importantes.

A Igreja Católica, através da Prelazia do Xingu, na Transamazônica, desenvolveu com os movimentos sociais um compromisso contínuo e, com isso, vínculos foram construídos de acordo com as lutas travadas. Neste trajeto, a Prelazia do Xingu tem um papel fundamental na constituição dos movimentos sociais e na formação das lideranças.

Assim, nossa análise compreende dois momentos distintos de lutas na Transamazônica.

O primeiro momento foi caracterizado por indivíduos imersos em problemas de infraestrutura, ausência de estradas, hospitais e assistência técnica. Este período compreende meados da década de 1970 até metade da década de 1980. O segundo momento, caracterizado pela formação dos movimentos sociais e pelo reconhecimento dos indivíduos como moradores da Transamazônica, culminou com a constituição de um espaço de pertencimento, que é o território. Este período compreende a metade da década

de 1980 e toda a década de 1990. Esta separação por datas não é linear. Mas constitui-se em repertórios de ações diferenciados.

Ao longo da estrada Transamazônica, surgiram várias comunidades, muitas inspiradas pelas formas de organização direcionadas pela Prelazia do Xingu priorizando os laços de vizinhança. A ideia estava em uma concepção de comunidade que deixava de ser o local de moradia e de produção para também ser o espaço da construção de laços de solidariedade e de vínculos que se constituíam entre os colonos e a Igreja.

A insuficiência do Estado em dar conta das desigualdades sociais, com menos de cinco anos depois de implantado o Projeto de Colonização Dirigido na Transamazônica, saltou aos “olhos” de todos os colonos. As obras de construção de escolas, postos médicos, saneamento, estradas vicinais etc. foram interrompidas. As famílias, que deveriam receber seus lotes em três semanas, passavam até vários meses nos precários alojamentos do INCRA. Aquelas famílias assentadas nos lotes não contavam com a estrutura planejada das agrovilas, descritas anteriormente. Os colonos – e, com o tempo, também os não colonos – encaminhavam ao INCRA um amplo conjunto de problemas, como pragas nas lavouras, chuvas, mosquitos, falta de escolas, saúde precária, violência. Com o desmonte do INCRA na metade da década de 1970, a população perdeu a instância à qual recorrer. A reação era a organização, estimulada, por sua vez, pela Igreja Católica através da Prelazia do Xingu.

Ainda podemos destacar, em 1975, apoiadas pela Prelazia do Xingu, mobilizações de colonos e indígenas contrários à Eletronorte e à projeção da construção de várias barragens: de Kararaô (atual Belo Monte), Babaquara, Jarina, Ipixuna e Kikraimoro, seguindo os inventários do potencial energético do rio Xingu. Somente em 1980 a empresa iniciou os estudos sobre o complexo hidrelétrico de Altamira, formado por duas usinas; a de Kararaô e a de Babaquara. Estas usinas, juntas, inundariam 8 mil km<sup>2</sup> de terras. Várias mobilizações articuladas pela Prelazia do Xingu, formadas por produtores rurais, povos indígenas e segmentos urbanos, contestavam os resultados destas políticas. Aliadas às pressões de forças políticas internacionais, movidas pelos movimentos ambientalistas, tais manifestações de descontentamento acabaram levando as agências financiadoras internacionais a reverem os critérios de financiamento adotados para as grandes obras de energia hidráulica na Amazônia. A avaliação das agências incidia sobre os possíveis impactos do empreendimento sobre o meio ambiente e as populações afetadas.

### **3- Repertórios de ação, da Valorização da Transamazônica à formação de entidades de classe: o SINTEPP e a FETAGRI**

A valorização da Transamazônica passava pela organização dos “mais pobres”: agricultores, migrantes, professores, e era estimulada pela luta e pela criação de espaços simbólicos de resistência. Nas reuniões ocorridas nas vicinais, o discurso procurava instituir o “nós” como efeito contrário à individualização dos interesses. As reuniões não eram simples momentos de agregação de pessoas; eram espaços simbólicos onde cada um tinha algo a dar e a receber dos outros. A singularidade destas reuniões estava na solidariedade necessária para manter-se em situações adversas.

Ademais, o que mais impulsionava e estimulava nessas reuniões não era somente o discurso da desigualdade, as reivindicações a serem feitas ao Estado e como superá-las, mas, simbolicamente, estabelecia-se um compromisso através do vínculo que se queria perene e na missão fundamental de “trazer mais companheiros para a luta” como retribuição e continuação da luta. Segundo uma das lideranças entrevistadas, “não era só o interesse em conseguir algumas coisas (bens materiais), mas principalmente aumentar a nossa força, trazendo mais gente” (LIDERANÇA, julho de 2012).

Dentre as práticas da Prelazia do Xingu, estava a formação de lideranças. Nesse interim, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram um papel importante. As CEBs fazem parte de um sistema cultural composto por uma série de símbolos (cartilhas com histórias de colonos, com vitórias e sacrifícios e, como recompensa final, a tranquilidade de viver da própria terra), além dos inúmeros cursos ofertados sobre conjuntura política para agricultores etc. Em conjunto, estes elementos forneciam uma sintonia entre as lutas reivindicatórias e o reconhecimento com os ideais das CEBs.

A religião, na Transamazônica, fornece os elementos iniciais necessários para impulsionar as mobilizações, principalmente de agricultores. Nesse caso, as demandas deixam de estar centradas na infraestrutura negada pelo Estado e se revigoram na luta também pelo reconhecimento do espaço de vida. A Transamazônica será vista pela ótica do lugar de viver. Deixa de ser somente “a rodovia” e passa a ser o território. A ideia central na forma de organizar este espaço foi sendo definido a cada reunião, em cada discurso, nas cartilhas.



Neste período, o trabalho inicial da Igreja era, segundo um padre entrevistado, “romper com a individualidade daqueles que achavam que poderiam resolver seus problemas sozinhos” (PADRE, 2013). Ainda segundo este padre, “foi necessário uma dose de sacrifício de todos para romper com o individualismo”. O sacrifício ao qual se referia traduzia-se em pequenos gestos organizados, como garantir, através de “vaquinha” (coleta de dinheiro de várias pessoas) entre os agricultores, que uma ou duas pessoas viessem até Altamira participar de reuniões ou eventos. Essas “vaquinhas” precisavam garantir o transporte e a alimentação do(s) representante(s) que saíam de suas viciniais geralmente até Altamira.

O sacrifício, naquele momento, constituía-se como uma forma de dádiva (alimento e transporte) do representante para com a Igreja e esta contribuía com o lugar para o colono dormir, tomar banho etc. Além disso, pode-se entender o sacrifício neste momento como uma forma de consagração – passagem do domínio egoísta ou individualista para o coletivo. Há, então, nestes sacrifícios, a dádiva como a “obrigação espontânea” e individual com vistas a um projeto coletivo. Estabelecem-se vínculos sociais através da ação (participar das reuniões); em retribuição, o representante socializa, em sua vicinal ou comunidade, o ocorrido na reunião e quais são as deliberações a serem realizadas por todos. O contrato é ao mesmo tempo voluntário e obrigatório.

Os militantes ao organizarem os espaços para uma reunião levavam em consideração todas as dimensões humanas potencializadoras: o imaginário, o artístico, o lúdico, o afetivo e o cognitivo. Por isso o espaço nos primeiros momentos das organizações em cada reunião em Altamira, eram cuidadosamente planejadas. Não eram simples momentos de agregação de pessoas; eram espaços simbólicos onde cada um tinha algo a dar e a receber dos outros. A singularidade destas reuniões estava na solidariedade necessária para manter-se em situações adversas.

Nas primeiras reuniões na Vicinal da 18, eu via e não entendia nada. Mas era bom; cantávamos, rezávamos. As reuniões tinham uma força de agregar todo mundo. Que quando vi, não podia mais faltar. Fui chamando outras pessoas para lá e dizia: “vamos, nós precisamos nos reunir, não somente para jogar futebol, mas para reivindicar” (LIDERANÇA FETAGRI, 2013)

Nestas reuniões, os padres e freiras da Prelazia do Xingu estabeleciam um conjunto de atos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica importante para estabelecer os vínculos entre eles e os participantes, como rezar antes das reuniões, cantar, dar as mãos uns aos outros. Nas narrativas, encontramos uma série de rituais formalizados nestes espaços de reuniões:

Antes das reuniões, rezávamos e pedíamos pela boa condução da reunião. Depois, cantávamos e, no final da reunião, cantávamos de novo. Eu ficava emocionado e me sentia fazendo parte de tudo aquilo. Era bom para enfrentar os problemas que tínhamos pela frente e para aguentar o dia-a-dia, que era muito duro (LIDERANÇA, SINTEPP, 2013).

Havia, nestas reuniões, decerto uma ação performativa exibida ao longo de um rito que, por sua vez, caracterizava-se por objetos, por sistemas de linguagens que atingiam diretamente a realidade dos indivíduos. Isto implicando comportamentos específicos e signos reconhecidos pela coletividade, como o uso, nos eventos, de enfeites, como espigas de milho, e material de trabalho (foice, enxada), ou mesmo a repetição de expressões como *luta*, sendo valorizadas nas atividades militantes. Estas linguagens e signos reconhecidos pelos participantes possibilitavam a interação.

Salas enfeitadas com espigas de milho, os participantes com adornos na cabeça, canções e rezas selecionadas. Os vínculos constituídos e a formação das lideranças não podem ser dissociados desses repertórios de ação. A competência da Prelazia do Xingu consistia também em perceber que a mudança na Transamazônica não surgirá do cálculo ou da coerção, mas, sobretudo, da crença compartilhada em princípios morais de solidariedade e união. A dimensão da crença aqui é importante, pois, apesar da sua incerteza e imprevisibilidade, ela é essencial para a ação e o estabelecimento da confiança e da luta possível somente se os indivíduos estiverem unidos.

A medida que os movimentos sociais se organizam em entidades de Classe há uma preocupação também com os símbolos a serem utilizados e que demarquem um espaço de diferenciação. E assim que essas ações se modificam no final da década de 1980 e toda a década de 1990. Relevante ainda é a valorização da identidade da Transamazônica como território de pertencimento, ultrapassando, portanto, a representação de fronteira através de um marco físico.

A ideia de território como pertencimento reivindica a igualdade, ao passo que respeita as diferenças. A igualdade faz referência ao direito à saúde, educação, transporte, melhoria das estradas, reforma agrária. A identidade territorial é construída neste contexto de lutas, mas também pelos vínculos nem sempre pacíficos constituídos entre grupos residentes na área: agricultores, indígenas e pescadores. Contudo, tais conflitos assumiam também formas de pertencimento e havia lugar para todos. Estes debates foram muitas vezes fomentadas através de oficinas, palestras, eventos e workshops promovidos pela Prelazia do Xingu.

A ação dos agentes pastorais procurava estabelecer com grupos indígenas e, principalmente, com agricultores formas de organização, as quais se baseavam em assumir os sindicatos de trabalhadores rurais naquela conjuntura atrelados ao Estado, como o Sindicato de Altamira, e com os índios fortalecendo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). No estímulo às formas associativas propostas pela Prelazia do Xingu, ganhavam destaque a voluntariedade e a solidariedade como expressões políticas e organizadas.. Esta era a resposta dos “pobres”: a organização destes setores em sindicatos, em mobilizações que extrapolavam o local e se dirigiam à Brasília em vários ônibus com demandas preparadas em grandes reuniões. Os valores principais que traziam mais adesões não eram as vantagens materiais, mas a solidariedade, só que, desta vez, organizada em associações de moradores de vicinais, professores, agricultores.

Nesse aspecto, a retomada dos sindicatos, de base assistencialista, tornava-se um dos mecanismos de luta importantes para a reivindicação de políticas sociais para a região. Este movimento visava a fortalecer comunidades, sindicatos, divulgar a importância de formas organizativas para reivindicar direitos básicos, como moradia, saúde, educação e terra para todos. Este cenário de lutas e a garantia de direitos não estão dissociados nacionalmente da formação de um campo democrático formado por movimentos populares e pluriclassistas, como de mulheres, negros e ecológicos. Para Gohn (2007), na década de 1980, o novo campo democrático formado por diferentes movimentos sociais “[...] desenvolveu uma cultura política de mobilização e de pressão direta, como prática principal para viabilizar o encaminhamento das demandas que compunham suas agendas” (GOHN, 2007, p. 52).

Nos movimentos da Transamazônica, as lideranças surgiram principalmente das organizações sindicais. O mais importante foi a retomada do Sindicato de Altamira, em 1988. Mas também há, neste período e na década seguinte, uma concepção de

comunidade que extrapola a organização interna de um grupo e passa a ser incorporada como força popular, capaz de participar efetivamente do exercício do poder. Culminando com o período de redemocratização do Brasil, o mote articulação, mobilização e participação torna-se carro chefe dos movimentos sociais. Com todos estes avanços de novos espaços de participação e reivindicação de cidadania, os movimentos sociais na Transamazônica se ressentem do isolamento e do não reconhecimento de sua área.

Na década de 1990, a luta também se identifica pela sobrevivência da Transamazônica, na formação de recursos humanos e projetos de sustentação econômica para o território.

Neste período, há uma profusão de organizações não governamentais, embaladas também pela discussão da ECO 92, em que se fortaleceram os acordos e parcerias, as possibilidades de recursos e financiamentos internacionais, bem como a necessidade de profissionalização dos movimentos sociais (LANDIM, 1998) para gerenciar e administrar os recursos financeiros. Há um reconhecimento dos problemas globais, mas se ressalta a importância de resolver as especificidades, de criar condições particulares através de projetos de desenvolvimento sustentável. A reivindicação de igualdade não está separada do reconhecimento das especificidades regionais.

O discurso dos movimentos sociais se caracteriza por uma base regionalista e de reconhecimento. Regionalista porque é de “defesa da nossa região, de respeito àqueles que vieram para cá, mas também, e ainda, pedíamos o retorno do Projeto de Colonização” (LIDERANÇA, SINTEPP, 2013). As demandas por igualdade vão além dos investimentos em infraestrutura para as estradas, assentamentos rurais, mais escolas e saúde e políticas para a agricultura familiar. São demandas também pelo reconhecimento de suas especificidades e de seu território. Neste discurso, o não reconhecimento é uma injustiça, pois deprecia as formas culturais e econômicas de viver de grupos que se estabeleceram mesmo com as adversidades de adaptação e políticas que enfrentaram. As narrativas abaixo traduzem bem esta forma de injustiça.

Quando cheguei em Altamira, fui para o arraial do Zé Pezinho, no KM 23 de Altamira. Meu sonho acabou ali, pois tinham mais de 200 famílias esperando para serem “jogadas” em um lote. Era desumano. Meu sonho terminou de morrer quando cheguei no lote que me deram em 1976, hoje município de Medicilândia. Não tinha nada, nem escola,

nem postinho de saúde, e ainda enfrentávamos pium, que picava a gente e dava febre, além da malária. Peguei 17 vezes malária e tudo era longe. Nossas reclamações de nada valiam, pois sempre nos diziam que estávamos melhor que antes. Muitos colonos foram embora. Aquilo não era vida, não tínhamos direito a nada. Fiquei, mas sofri muito (LIDERANÇA, FETAGRI, 2013).

Quando cheguei aqui na Transamazônica, antes de ganhar meu lote em Brasil Novo, o INCRA me disse que eu ia aprender a produzir na terra, que era pra eu esquecer como eu vivia antes, que era para eu pensar como fazendeiro, não mais como lavrador. Me senti fraco, pois cheguei aqui com 28 anos e minha vida toda tinha vivido no Ceará de forma errada. Senti que a pobreza era culpa minha. E achei isso por muito tempo, até entrar no sindicato (LIDERANÇA, SINTEPP, 2013).

As entrevistas acima revelam que a valorização foi construída através das lutas. Estas não eram marcadas somente pela reivindicação de melhorias, mas de reconhecimento do seu modo de vida. O passado de pobreza, antes ocultado, era agora valorizado como aprendizado, destacado como luta e vitória. Na década de 1990, o discurso de reconhecimento repercute na criação, apoiada pela Prelazia do Xingu, de um movimento que articula diferentes atores militantes e sindicatos. O Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica foi fundado em 1991 e, logo após, em 1992, transformou-se em Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX).

O MDTX representava a expressão formalizada das propostas reivindicatórias, articuladoras e propositivas de diferentes movimentos sociais: sindicatos de professores, sindicatos rurais, cooperativas e associações. Comportava-se como entidade mediadora para propor e executar projetos que visassem à melhoria das condições de vida dos moradores da Transamazônica, articuladas com uma visão do desenvolvimento sustentável da região. Em 1994, este movimento novamente se transformou em uma Fundação: a Fundação Viver, Preservar e Produzir. Atualmente, a FVPP tem 113 organizações filiadas nos municípios da Transamazônica e Xingu, e em 12 municípios do Sudeste paraense. Exerce um papel importante na mobilização de recursos financeiros para projetos, através de parcerias com organismos governamentais e não governamentais nacionais e internacionais. Tais parcerias mobilizam e implementam políticas na área da educação do campo, assistência técnica e crédito agrícola. Sua atuação está mais dirigida para as populações rurais da Transamazônica e Xingu.

Outro marco importante para a constituição dos movimentos sociais foi a fundação, em 1991, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade. Este movimento foi estimulado também pela Igreja Católica. O Movimento de Mulheres organizou a formação dos Conselhos Tutelares logo nos primeiros anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente e, em seguida, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Através deste movimento, foram implantados em Altamira os Conselhos de Saúde.

O Movimento de Mulheres ganhou mais visibilidade, denunciando e reivindicando a apuração de responsabilidades das crianças emalucadas em Altamira e colaborando na criação do Comitê em Defesa da Vida das Crianças Altamirenses, fundado em 1993. Outra organização com a participação do Movimento de Mulheres foi significativo para a formação de lideranças: o Mutirão pela Cidadania, constituído de diferentes movimentos sociais que atuavam na Transamazônica reivindicando melhorias no saneamento, infraestrutura, mais postos de saúde para as cidades, mais escolas para a cidade e área rural. No Mutirão pela Cidadania, estavam o Movimento de Mulheres, MPST, Sindicato dos Professores do Estado do Pará (SINTEPP), Comitê em Defesa da Vida das Crianças Altamirenses e a Prelazia do Xingu.

Em todas estas mobilizações, vão se constituindo redes de movimentos sociais e se destacando lideranças que assumem as negociações diante das instituições, que influenciam as decisões tomadas, que organizam passeatas, mobilizações até Belém ou Brasília. A ação coletiva dos militantes de movimentos sociais vai além de suas motivações dadas somente por uma orientação econômica. Vejamos a narrativa abaixo:

Quando vi, eu já estava organizando várias mobilizações. Ora! Não podia mais voltar para o Espírito Santo, minha família, toda estava morando em Medicilândia, que nem era município. Não havia saída, tínhamos que resistir para sobreviver. Quando descobri que juntos éramos mais fortes, não deu pra outra, passava dias e noites participando de reuniões, mobilizações para ir até Brasília, reclamar do abandono da Transamazônica. Meu lote ficou meio de lado, deixei de vender muita pimenta do reino e cacau. Mas valeu a pena (LIDERANÇA FETAGRI, 2013).

Assim, os movimentos estavam ligados pela solidariedade do cotidiano comum. Reivindicavam direitos, aliados ao reconhecimento de sua região de pertença. Todavia, por ser uma área marcada por intensas migrações, a reivindicação de políticas públicas

para a agricultura familiar, por demarcações de terras e assentamentos rurais diferenciados marcou este território e foi bandeira de luta nos Gritos da Terra Brasil<sup>5</sup> (1995,1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002).

A educação foi também uma bandeira de luta caminhando em paralelo à luta pela terra. Já nas comunidades formadas nas vicinais, havia muitos professores sem formação de qualquer graduação, mas com escolaridade acima da maioria dos colonos. Tornar-se professor nessa situação era quase automático. A Prelazia colaborava, promovendo pequenos cursos de capacitação através dos Irmãos Lassalistas. Estes tinham uma boa formação em diferentes áreas: Filosofia, Educação, Sociologia. Quando os professores não iam a Altamira em suas férias ou em cursos organizados em poucos dias, os irmãos Lassalistas iam até a vicinal. Nessas reuniões pedagógicas, o tema da organização dos professores era um dos pontos de pauta.

Lembro como hoje, os irmãos Lassalistas conversando com os professores das vicinais de Altamira sobre a importância de nos organizarmos. Mas eles falavam em Sindicato de categoria de professores, diziam que nossa luta por educação precisa ser compreendida como bandeira essencial para o desenvolvimento da Transamazônica. Já falavam que precisávamos reivindicar à Universidade Federal do Pará para trazer cursos para Altamira (LIDERANÇA, SINTEPP, 2013).

A narrativa mostra que, se a luta pela terra era o mote central de reivindicação, a educação caminhava *pari passu*. Quando, nos primeiros aglomerados urbanos da Transamazônica, foram criadas dentro do planejamento original como agrovilas, as escolas funcionavam dentro das Igrejas. A organização dos professores, incentivada pela Igreja Católica, construía a ideia de um órgão da própria categoria, cuja bandeira fosse capacitação e profissionalização dos professores, reconhecimento dos professores nas vicinais, demanda de cursos de Licenciatura em nível de 3º grau em períodos de férias escolares.

---

<sup>5</sup> O Grito da Terra Brasil é a principal ação de massa do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). É promovido pela CONTAG, Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs). Reúne, anualmente, na capital federal, milhares de pessoas de todo o país, entre lideranças, agricultores/as familiares, assalariados/as rurais, assentados/as e acampados/as da reforma agrária, dentre outros que apoiam as bandeiras de luta da população rural (CONTAG, 2014).

Os movimentos sociais como o MPST e depois o MDTX, além do Movimento de Mulheres, estimularam essas reivindicações. Foram várias passeatas de professores e agricultores às Secretarias Municipais de Educação.

Em 1988, uma dessas passeatas, organizadas pela Prelazia do Xingu, reuniu mais de 300 pessoas, entre agricultores e professores de vicinais, na frente da Secretaria de Educação, em prol da construção e regularização das escolas.

Os repertórios de ação agora são marcados por ocupação do INCRA, agora liderados pelos sindicatos, pelo SINTEPP. As reuniões agora eram marcadas pela mobilização nacional denunciando o abandono da Transamazônica. Foram formadas quatro comissões com a missão de fazer acontecer, em 1991, uma grande ação de alcance nacional e internacional, através da utilização dos meios de comunicação de massa (emissoras de rádio, redes de televisão, jornais e revistas). Devia-se informar sobre a existência do Projeto de Colonização da Transamazônica, denunciar a situação de abandono em que ela se encontrava e apontar propostas de solução para o seu desenvolvimento. Também fazia parte da estratégia buscar apoio de sindicatos urbanos, organizações não governamentais e universidades.

Em 1992, o MDTX, juntamente com vários professores da Transamazônica, foram à Universidade Federal do Pará (UFPA) e à Universidade do Estado do Pará (UEPA) entregar um documento com mais de 1.000 assinaturas pedindo cursos de extensão e graduação nas áreas de Licenciatura. Essas demandas foram também incorporadas nos Gritos da Terra Brasil de 1995 e 1996. Em 1994, a UFPA se instala em Altamira, onde antes funcionava um Campus da Universidade de Viçosa, que apoiava alunos do Projeto Rondon. Os primeiros cursos de Pedagogia e Letras funcionaram em períodos de férias escolares. Em maior número de alunos, estavam os professores de municípios da Transamazônica. Em 1997, a UEPA inicia seus cursos, alojada nos prédios da UFPA, com Enfermagem e Licenciatura em Ciências Naturais.

Em 1995, foi inaugurada a primeira sub-sede do SINTEPP em Altamira, que se estendeu, nos anos seguintes, para os municípios de Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Pacajá e, por último, em Anapu. Em 1997, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) foi inaugurada na Transamazônica, com sede no MDTX.

Em todos esses encontros, as lideranças iam se projetando, construindo redes de pessoas que as apoiariam em decisões futuras, como a formação de Sindicatos Rurais e



sindicatos de Professores em outros municípios que se emanciparam administrativamente: Medicilândia, Uruará, Placas, Brasil Novo. Culminando com o fortalecimento dos movimentos sociais e suas entidades de classe.

### **Considerações Finais**

A constituição dos movimentos sociais na Transamazônica e Xingu se dão em um contexto de múltiplas ações, redes tecidas, compostas de pessoas e entidades, destacando-se a Prelazia do Xingu, como instituição que assegura inicialmente a mobilização e organização de agricultores e professores nas longínquas vicinais, assegurando inicialmente a adesão e o engajamento das lideranças através de um processo de formação que incluía desde as reuniões nas vicinais, até as mobilizações para retomada dos sindicatos.

Atualmente o território da Transamazônica e Xingu passa por transformações visíveis nas cidades como consequência da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte e cujos impactos nos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu são visíveis, pois se trata de locais que contam com floresta de terra firme e floresta de várzea e cidades nas quais vivem mais de 300 mil pessoas. Estes dados servem também para mostrar como os impactos da construção da barragem são evidentes na cidade de Altamira, permanecendo como o local de chegada de pessoas, de circulação de bens e mercadorias, local das instituições governamentais e financeiras.

Neste contexto, os movimentos sociais se dividem entre a oposição radical ao projeto, inclusive ao financiamento de demandas para os movimentos sociais e por grupos e lideranças, defendendo um discurso de usar o financiamento em dinheiro que, segundo algumas lideranças, “é público” para ampliar a capacidade de infraestrutura e de atendimento de suas entidades. Liderando a oposição está o Movimento Xingu Vivo Para Sempre, originado também no interior das CEBs e da Prelazia do Xingu. Sem entrar no mérito desta discussão, nesses novos tempos de barragem, outros desafios se apresentam para os movimentos sociais no território da Transamazônica e Xingu, em como enfrentar os impactos deste empreendimento, reatualizando o seu repertório de lutas com as ideias de valores, justiça, equidade e reconhecimento.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALONSO, Sara; CASTRO, Edna. Processo de transformação e representações do rural-urbano em Altamira. In: CARDOSO, Ana Cláudia (Org.). **O rural e o urbano na Amazônia**: Diferentes olhares em perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O intransitivo da transição: O Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1988). In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Projeto Calha Norte**: militares, índios e fronteiras. Antropologia e Indigenismo, n.1. Rio de Janeiro: PETI, Museu Nacional, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **Poder simbólico**. Lisboa: Ediel, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Vozes, 2005.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

HÉBETTE, Jean. **O cerco está se fechando**. Belém: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. Os movimentos sociais na Transamazônica. In: **CAT**: Dez anos de atuação. Belém: EDUFPA, 2003.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Especial Belo Monte**: Cronologia Histórica. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pt-br/search/node/Especial%20Belo%20Monte>>. Acesso em: 17 set. 2011.

LACERDA, P. **O “caso dos meninos emasculados de Altamira”**: polícia, justiça e movimento social. 2012. 344f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://teses2.ufrj.br/72/teses/784602.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 8, n. 1, p. 153-168, jan./abr. 2013.

LANDIM, Leilah. Experiência militante: história das assim chamadas ONGs. In: LANDIM, L. et al. (Orgs.). **Ações em sociedade**: militância, caridade, assistência, etc. Rio de Janeiro: NAU Editora, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Cortez, 1997.

SOUZA, A. P. S. **O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica:** a trajetória de um discurso e muitas vozes. 2005. 140 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Centro Agropecuário, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.